



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:

2013

TIPO DE CORREIÇÃO:

ORDINÁRIA

MODALIDADE:

À DISTÂNCIA

UNIDADE CORREICIONADA:

4ª VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA

PERÍODO CORREICIONADO:

1º/08/2012 até 31/07/2013

CORREGEDOR:

DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA

EQUIPE CORREICIONAL

SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
Geisa Azevedo Carlos Campelo	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.197
2	Processos remanescentes do período anterior	583
3	Processos resolvidos	2.251
4	Produção	81%
5	Processos pendentes de solução em julho de 2013 (incluídas as sentenças anuladas)	535
6	Execuções trabalhistas pendentes (em trâmite e suspensas) em julho de 2013	1.282
7	Execuções fiscais pendentes (em trâmite e suspensas) em julho de 2013	41
8	Execuções previdenciárias pendentes (em trâmite e suspensas) em julho de 2013	365
9	Execuções no arquivo provisório em julho de 2013	248
10	Total de execuções em maio de 2013 (soma dos itens 6, 7, 8 e 9)	1.936

CARTAS PRECATÓRIAS E CARTAS DE ORDEM RECEBIDAS (no período correicionado)		
11	Cartas precatórias e Cartas de Ordem recebidas	190
12	Cartas precatórias e Cartas de Ordem cumpridas	218
13	Cartas precatórias e Cartas de Ordem pendentes de cumprimento	49
CARTAS PRECATÓRIAS EXPEDIDAS (no período correicionado)		
14	Cartas precatórias expedidas	107
15	Cartas precatórias devolvidas pela vara deprecada	104
16	Cartas precatórias pendentes de devolução	85

17	Número de processos recebidos no período correicionado anterior	2.244
18	Número de processos recebidos neste período correicionado	2.197
19	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%)	-2%
20	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior	1835
21	Número de processos na fase de execução neste período correicionado	1936
22	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%)	5,50%

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	ISRAEL BRASIL ADOURIAN
Juiz Auxiliar	EDUARDO TADEU THON
Juiz Substituto	

2.2 – Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X		X	X
Auxiliar fixo	X		X		X

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	5
---	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
		X

2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	14
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	200
Audiências de instrução (ou de prosseguimento)	83
Julgamentos (quantidade de sentenças publicadas)	49

2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	20
Ordinário	47

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	519
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	3
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	28
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	40

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	49
--	----

2.6.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	8
Ordinário	15

2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular		
Juiz Auxiliar (se houver)		
Juiz Substituto (se houver)		

NÃO PROLATAM SENTENÇA LÍQUIDA

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	25
--	----

2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	2
Sentença na fase executória	6
Embargos de declaração	-

2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
RTOOrd 0000925-41.2012.5.18.0004	29/07/13 10:04	28	EDUARDO TADEU THON
RTOOrd 0002304-17.2012.5.18.0004	25/07/13 11:02	32	EDUARDO TADEU THON
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			2

2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	35
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	128

2.8 – Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	47%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	51%	

2.9 – Taxa de congestionamento do exercício anterior (2011)

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	22%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	20%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	61%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	61%

2.10 – Produção

Magistrado	Mês de Atuação	Processos em pauta	Quantidade sentenças	Prazos médios para prolação de sentenças		Quantidade		
				SUM	ORD	EDs	EEs	ETs
Israel Brasil Adourian	08/12	185	67	0	1	8	14	1
	09/12	173	51	2	1	3	5	0
	10/12	276	60	3	3	7	7	0
	11/12	107	33	7	5	4	1	1
	12/12	2	7	15	3	5	0	0
	01/13	78	19	0	0	0	1	0
	02/13	153	66	2	4	5	5	2
	03/13	173	80	1	2	7	10	1
	04/13	401	85	2	4	7	9	0
	05/13	310	69	2	3	12	10	0
	06/13	180	60	8	8	4	5	1
	07/13	2	19	1	6	6	2	0
	TOTAIS	2040	616	4	3	68	69	6
Blanca Carolina Martins Barros	02/13	0	0	0	0	3	0	0
	TOTAIS	0	0	0	0	3	0	0
Eduardo do Nascimento	08/12	0	1	0	0	0	0	0
	09/12	0	0	0	0	1	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	1	0	0
Eduardo Tadeu Thon	08/12	29	25	35	52	4	4	0
	09/12	162	46	14	55	7	2	0
	10/12	223	61	15	41	7	2	0
	11/12	254	58	20	42	3	7	2
	12/12	205	60	12	30	6	6	2
	01/13	91	55	1	5	4	3	0
	02/13	141	45	9	18	14	1	1
	03/13	76	32	3	18	8	5	0
	04/13	0	4	49	46	2	0	0
	05/13	0	3	58	86	0	0	0
	06/13	95	23	0	46	4	0	0
	07/13	316	73	1	5	8	9	1
	TOTAIS	1592	485	18	37	67	39	6
Kleber Moreira da Silva	02/13	17	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	17	1	0	0	0	0	0
Sara Lúcia Davi Sousa	08/12	0	1	0	0	0	0	0
	TOTAIS	0	1	0	0	0	0	0
Rui Barbosa de Carvalho Santos	06/13	0	1	0	0	0	0	0
	07/13	0	1	22	0	0	0	0
	TOTAIS	0	2	11	0	0	0	0

3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 – Estrutura da Secretaria****3.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
ALESSANDRO CARNEIRO	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
MAICON PAULO GOULART	ASSISTENTE DE DIRETOR	EFETIVO
AURIMAR FERREIRA ARRAES		EFETIVO
CRISTHIANE VIANNA GUIMARÃES BALESTRA		EFETIVO
IZABEL CRISTINA CASTRO DA SILVA	FC-03	EFETIVO
JANAÍNA NETTO CURADO		EFETIVO
LEILA ALVES BARBOSA	FC-03	CEDIDO FEDERAL
LIANE PRADO POSSÁPP	FC-05	EFETIVO
MICAELL SADRAC RODRIGUES MIRANDA	FC-05	EFETIVO
OSVALDO JACOB DE VARGAS JÚNIOR	FC-02	EFETIVO
ROGÉRIO FREIRE AMORIM	FC-02	EFETIVO
LARISSA SANTOS LIMA		MENOR APRENDIZ
MATHEUS CAIADO FREURY BORJA		ESTAGIÁRIO
PEDRO HENRIQUE PIRES OLIVEIRA		ESTAGIÁRIO

3.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	15
Notebooks	1
Impressoras	4
Multifuncionais	1
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

3.2 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	4
Atualização de cálculos	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	10

3.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em <i>softwares</i> homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	X
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade procedeu à digitalização da íntegra dos processos, quando da implantação do processo digital?		X	
2	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do Novo PGC?	X		
3	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo? (indicar no campo observações com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)	X		
4	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do Novo PGC)?	X		Exceto dos acordos homologados.
5	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do Novo PGC?	X		
6	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do Novo PGC?	X		
7	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do Novo PGC?	X		
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, I da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		
9	A unidade fotografa os bens no ato da penhora, disponibilizando as fotos no processo?	-	-	
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do Novo PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar exemplos)	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada?	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do Novo PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do Novo PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento definitivo do processo?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do Novo PGC?	X		
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
17	A Unidade procede à guarda física dos autos em papel que baixam do Tribunal, após o julgamento de recursos, ou que aguardam julgamento de recursos pelo TST, bem como das Ações de Execução Fiscal recebidos da justiça comum?	X		
18	A unidade obedece o disposto no art. 179 do Novo PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução, inclusive os previstos no art. 159 do Novo PGC?	X		
19	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, o valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
20	A unidade possui processos com o último andamento AQCC-Arquivo Definitivo/Certidão de Crédito Expedida?	X		
21	A Unidade realiza a reunião de processos na fase de execução? Em caso afirmativo, a reunião importa na extinção do processo reunido? Dê exemplos.		X	
22	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional no dia da correição)	X		
23	Encontra-se em andamento processo de eliminação de autos findos? (em caso afirmativo, indicar no campo observações qual o período envolvido, bem como a data da última eliminação)		X	
24	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
25	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nºs 30/2012 e 32/2012?	X		
26	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	X		
27	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013		X	
28	Informe o número de servidores com certificação digital e devidamente cadastrados no Pje-JT, quando for o caso.	-	-	
29	A unidade adota ações específicas visando o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, instituídas pelo CNJ para o ano de 2013? Em caso afirmativo, cite-as.	X		

5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG	X		
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18	X	
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL**6.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior**

Recomendação	Cumpriu?		Observações
	SIM	NÃO	
1.1 - A observância do disposto no parágrafo único do artigo 339 do PGC, visto que, em processos em que figura como reclamante pessoa idosa ou menor, não há a intimação do Ministério Público do Trabalho das sentenças proferidas e dos acordos homologados;	X		Atendida Parcialmente.
1.2 - Que a secretaria adote, em todos os processos, digitais e físicos, a determinação constante no artigo 329 do PGC, para, no arquivamento dos processos, juntar aos autos certidão que ateste a inexistência de pendências, indicando o prazo de guarda intermediária e a necessidade, se for o caso, de guarda permanente, observada a tabela de temporalidade;	X		
1.3 - Que a unidade cumpra integralmente as determinações contidas nos artigos 86 e 178 do PGC, fazendo constar dos textos das decisões condenatórias e dos acordos homologados, além das orientações sobre as obrigações previdenciárias, a determinação para que seja comprovada nos autos a entrega da GFIP, sob pena de expedição de ofício à Receita Federal do Brasil;	X		Atendida Parcialmente.
1.4 - A prolação de sentenças nos 17 processos listados no item 2.6.6 no Relatório da Correição, que se encontram aguardando julgamento com prazo acima do limite legal, no prazo improrrogável de 60 dias, contados a partir da publicação desta ata;	X		

1.5 - Que a secretaria dê prosseguimento nos feitos que se encontram com data-limite vencida, conforme os relatórios do módulo de gerenciamento de processos do SAJ (BIRÓ), conforme apurado no Relatório da Correição no item 6.2;	X		
1.6 - A observância do disposto no artigo 18, inciso I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, nos despachos de admissibilidade de recursos endereçados ao Tribunal, analisando expressamente os pressupostos recursais;	X		
1.7 - A observância pela Secretaria do disposto no parágrafo único do artigo 27, quando da expedição dos editais de intimação e de praça, nas ações de execução fiscal, fazendo deles contar os números de inscrição no registro da Dívida Ativa;	X		
1.8 - Que a Vara do Trabalho abstenha-se de encerrar as execuções fiscais reunidas na forma do art. 28 da Lei nº 6.830/1980, como constatado no item 6.2, subitem 20, do Relatório de Correição, observando-se as orientações veiculadas por meio do Ofício Circular nº 19/2012/TRT 18ª-SCR, expedido em conformidade com a resposta da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho a consulta que lhe foi formulada pela Corregedoria Regional.	X		

6.2 – Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza corretamente o Check list elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no art. 336 do PGC (processos: 10014-54.2013, 10497-84.2013, 10055-21.2013, 209-77.2013, 28.76.2013, 668-16.2012, 19-85.2011, 1171-71.2011, 783-08.2010).
2	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza nomenclatura correta para se referir a certidão de arquivamento no visualizador de processos na internet (processos: 10014-54.2013, 10497-84.2013, 10055-21.2013, 209-77.2013, 28.76.2013, 668-16.2012, 19-85.2011, 1171-71.2011, 783-08.2010).
3	Nos processos a seguir relacionados remetidos ao arquivo, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no SAJ os valores decorrentes dos acordos ou das execuções, cumprindo, assim, o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 10014-54.2013, 10497-84.2013, 10055-21.2013, 209-77.2013, 28.76.2013, 668-16.2012, 19-85.2011, 1171-71.2011, 783-08.2010).
4	A unidade atendeu a determinação contida no caput do art. 3º do Provimento SCR/TRT18 nº 3/2013.
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO CUMPRE O DISPOSTO NO ARTIGO 81 DO PGC, uma vez que NÃO constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd 0010059-58.2013.5.18.0004, RTOrd 0010114-09.2013.5.18.0004, RTOrd 0010326-30.2013.5.18.0004, RTSum 0010280-41.2013.5.18.0004, RTSum 0010318-53.2013.5.18.0004 RTSum 0010543-73.2013.5.18.0004, RTOrd 0 002493-92.2012.5.18.0004).
6	Nos processos verificados com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO PROFERE SENTENAS LÍQUIDAS (processos: RTOrd 0010059-58.2013.5.18.0004, RTOrd 0010114-09.2013.5.18.0004, RTOrd 0010326-30.2013.5.18.0004, RTSum 0010280-41.2013.5.18.0004, RTSum 0010318-53.2013.5.18.0004, RTSum 0010543-73.2013.5.18.0004, RTOrd 0 002493-92.2012.5.18.0004).
7	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica corretamente o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum 0010318-53.2013.5.18.0004 RTSum 0010543-73.2013.5.18.0004 e RTOrd 0 002493-92.2012.5.18.0004).
8	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, uma vez que as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: 10142-74.2013, 1945-67.2012, 2544-06.2012, 2474-86.2012, 144-82.2012).
9	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ os valores referentes ao pagamento das parcelas do acordo pagas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 10142-74.2013, 1945-67.2012, 2544-06.2012, 2474-86.2012, 144-82.2012).

Item	Constatações
10	Nos processos a seguir relacionados, submetidos ao NÚCLEO PERMANENTE DE CONCILIAÇÃO, constatou-se que, quando frustrada a conciliação, o servidor faz constar do termo de audiência o deferimento do prazo para apresentação de contestação, a vista ao reclamante e a designação da audiência de instrução, tudo sem o pronunciamento do Juiz, DESCUMPRINDO, assim, a orientação prevista no OFÍCIO CIRCULAR Nº 39/2012/TRT 18ª SCR (processos: 10058-76.2013, 143-97.2013, 131-83.2013, 208-92.2013 e 210-62.2013).
11	Ao verificar os andamentos dos processos no SAJ-18, em 21-08-2013, utilizando para tanto a ferramenta disponibilizada pelo próprio sistema (RELATÓRIO PELO ÚLTIMO ANDAMENTO), constatou-se que não há uma quantidade significativa de processos com data limite excedida.
12	Em 21/08/2013, através do módulo de gerenciamento de processos – Birô, constatou-se que não há uma quantidade significativa de processos com data limite excedida.
13	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40, § 2º da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 30 dias (processos:RTSum 0000301-89.2012.5.18.0004, RTSum 0000306-48.2011.5.18.0004, RTSum 0000812-87.2012.5.18.0004, RTOrd 0001810-89.2011.5.18.0004, RTSum 0000130-69.2011.5.18.0004).
14	A unidade utiliza sistematicamente e independentemente de requerimento os convênios previstos no artigo 159 do PGC.
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 175 do PGC e na Portaria do Ministério da Fazenda nº 435/2011 ao justificar a dispensa da intimação da União acerca da conta de liquidação do crédito previdenciário, em razão do valor apurado (processos: 1891-04.2012, 1945-67.2012, 2427-15.2012 e 522-72.2012)
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OFÍCIO À SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: 1891-04.2012, 939-25.2012, 1945-67.2012, 2427-15.2012 e 522-72.2012)
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ os valores referentes ao recolhimento previdenciário e às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 1891-04.2012, 939-25.2012, 1945-67.2012, 2427-15.2012 e 522-72.2012)
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que o executado é citado para pagar ou garantir a execução no prazo de 48 horas em desacordo com o procedimento do artigo 177 do PGC que prevê a intimação do devedor para proceder ao recolhimento da contribuição previdenciária e comprovar o envio da GFIP, no prazo de 48 hs. (processos: 1891-04.2012, 939-25.2012, 1945-67.2012, 2427-15.2012 e 522-72.2012)

Item	Constatações
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD e INCRA, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC (processos: 403-14.2012, 482-90.2012, 1168-82.2012, 116-51.2012 e 2303-66.2011).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios, via postal, antes de qualquer medida constritiva de seus bens, nos casos de desconconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: 116-51.2012, 2303-66.2011).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: 2013-51.2011, 922-86.2012).
22	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o Ministério Público do Trabalho das audiências e das sentenças proferidas, mas não dos acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, cumprindo parcialmente o disposto no art. 346 do PGC (processos: 124-91.2013, 1836-53.2012, 2181-19.2012, 92-86.2013, 2394-25.2012, 2028-83.2012, 2521-60.2012, 109-25.2013, 212-32.2013, 2579-63.2012).
23	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que o despacho de admissibilidade contém certidão de feriados e termo de remessa, unificando atos procedimentais privativos da Secretaria do Juízo, em desacordo com o disposto nos arts. 97 e 128 do PGC. (processos: 84-12.2013, 1345-46.2012, 10179-04.2013, 2473-04.2012, 2079-31.2011 e 399-74.2012).
24	Nos processos verificados remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no SAJ o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: 84-12.2013, 1345-46.2012, 10179-04.2013, 2473-04.2012, 2079-31.2011 e 399-74.2012).
25	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 03/09/2012 e 03/06/2013, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de segunda a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 11 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências 17 (dezesete) processos.
26	Analisados, em 20-08-2013, por amostragem os atos processuais no período correicionado, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 3 (três) dias, em desacordo com o previsto no artigo 189, inciso I do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 4 (quatro) dias, em desacordo com o prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC de aplicação subsidiária ao processo do trabalho.
27	Analisados, em 20/08/2013, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 24 (vinte e quatro) dias para julgamento de incidentes na fase de conhecimento e 25 (vinte e cinco) dias para julgamento de incidentes na fase de execução. Constatou-se, ainda, que a unidade não lança o andamento referente à conclusão para julgamento de incidentes na fase de conhecimento (QJED) e na fase de execução (QJEE). (processos: 1520-40.2012, 1645-08.2012, 2229-75.2012, 84-12.2013, 10061-28.2013, 543-48.2012, 229-05.2012 e 719-61.2011)